

Perfumes Dana do Brasil S.A.

CNPJ nº 61.105.722/0001-03

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

São Paulo, 12 de maio de 2026

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais.

	Notas	Balanco Patrimonial	
		2025	2024
Ativo/Circulante		207.558	186.557
Caixa e equivalente de caixa	5	7.385	2.970
Contas a receber	6	125.346	92.637
Estoques	7	54.950	71.319
Adiantamento de fornecedores		6.523	6.944
Impostos a recuperar		9.366	10.477
Ativos financeiros derivativos	21	-	1.978
Outros créditos a receber		3.988	662
Não circulante		40.059	36.843
Depósitos e bloqueios judiciais	15	154	187
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	3.932	6.367
Imobilizado	9	13.541	12.733
Ativos de arrendamento - direito de uso	11	10.900	11.160
Intangível	10	11.532	6.396
Total do ativo		247.617	223.400

	Notas	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				
		Capital social	Reservas	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31/12/2023 (não auditado)		43.878	2.003	15.882	(9.657)	52.106
Lucro do exercício		-	-	-	45.234	45.234
Constituição de reservas	16.d)	-	2.262	-	(2.262)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	(11.309)	(11.309)
Dividendos Proposta a AGO	16.d)	-	-	-	(8.692)	(8.692)
Saldos em 31/12/2024		43.878	4.265	15.882	13.314	77.339
Lucro do exercício		-	-	-	45.070	45.070
Dividendos Proposta a AGO	16.c)	-	-	-	(53.000)	(53.000)
Constituição de outras reservas	16.d)	-	-	-	12.427	12.427
Saldos em 31/12/2025		43.878	4.265	15.882	12.427	81.836

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Perfumes Dana do Brasil S.A. é uma sociedade por ações com sede em São Paulo, estado de São Paulo, Brasil, que tem por objeto social: (i) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de perfumes e saneantes, bem como de outros artigos de tocador, de higiene pessoal, de cosméticos e de produtos semelhantes, (ii) o comércio, a importação, a exportação, a distribuição e industrialização de preparos para lavanderia, de produtos e de instrumentos de limpeza, de saneantes, de sabões comuns e de sabões não perfumados, (iii) o exercício de atividades conexas, desde que independentem de autorização governamental específica e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de cotista ou acionista. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado e por deliberação da Diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, inclusive com parcela do capital social destacada.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e, ainda, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis (nota explicativa nº 3). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração da Sociedade leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.3 Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possua recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos significativos:** Na aplicação das políticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir, significativamente, dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da realização dos estoques, provisão de contingências e avaliação de instrumentos financeiros.

3. Principais políticas contábeis: Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Sociedade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **3.1. Conversão de transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R\$) ("moeda funcional") da Sociedade usando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos ou as perdas cambiais sobre ativos e passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e, quando aplicável, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Contas a receber de clientes e provisão de crédito esperada:** Correspondem aos valores a receber decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Sociedade, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de crédito esperada é calculada com base no estudo da expectativa de perda futura do saldo de contas a receber e pela análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas, no histórico de perdas registradas por faixa de vencimento. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado. O valor realizável líquido corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. A Sociedade realizou uma análise em seu inventário de estoques onde identificou que não possui perdas com estoque, uma vez que seus produtos possuem um giro rápido e não possuem validade, portanto a Sociedade constitui provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos. **3.5. Direito de uso de arrendamentos:** Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Sociedade reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade. Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir: **Mensuração do passivo de arrendamento:** Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Sociedade. **Prazo de arrendamento:** A Sociedade reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor. **Taxa de juros incremental de financiamento:** Para calcular o valor justo dos contratos, a Sociedade considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Sociedade, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento, para o exercício a companhia utilizou uma taxa média de 11% a.a. **Depreciação/amortização do ativo de direito de uso:** A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração a vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil. **Encargos financeiros:** Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato. **3.6. Imobilizado e intangíveis:** Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas nas notas explicativas nº 8 e nº 9. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para 2025 e 2024, são as seguintes:

Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Caixas, formas e moldes	5 anos
Softwares	5 anos

Um item do imobilizado ou intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.7. Redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"):** Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas

	Notas	Passivo e patrimônio líquido/Circulante	
		2025	2024
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		111.412	117.482
Fornecedores	12	10.530	26.628
Fornecedores partes relacionadas	12	-	30.813
Empréstimos e financiamentos	13	66.439	26.290
Passivos de arrendamento	11	3.137	2.712
Obrigações fiscais		4.064	4.532
Imposto de renda e contribuição social		6.129	3.590
Obrigações trabalhistas		955	2.759
Passivos financeiros derivativos	22.c	129	750
Demais provisões	14	8.345	19.408
Dividendos a pagar	16.c	11.684	-
Não circulante		54.369	28.579
Provisão de contingências	15	79	270
Passivos de arrendamento	11	7.526	7.976
Empréstimos e financiamentos	13	16.120	20.334
Passivos financeiros derivativos	22.c	1.756	-
Dividendos a pagar	16.c	28.888	-
Patrimônio líquido		81.836	77.339
Capital social	16	43.878	43.878
Reservas legais	16.b)	20.147	20.146
Outras Reservas	16.d)	12.427	-
Lucros acumulados	16.c)	5.384	13.315
Total do passivo e patrimônio líquido		247.617	223.400

circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do "impairment" nas datas de encerramento dos exercícios. **3.8. Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.9. Provisões:** Reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **3.10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas de encerramento dos exercícios, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.11. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **3.12. Receita:** A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, considerando as atualizações ocorridas em virtude da mudança das práticas contábeis com relação ao reconhecimento da receita, conforme o CPC 47. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Sociedade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Sociedade; (iii) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e (iv) quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. A receita pela venda dos produtos é reconhecida quando da transferência de controle, os riscos e os benefícios de propriedade desses itens são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. As receitas são apresentadas líquidas dos impostos incidentes sobre os produtos vendidos. **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem os juros sobre aplicações financeiras, e juros sobre conta a receber de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, despesas bancárias, IOF e antecipação de recebíveis. **3.13. Tributação - imposto de renda e contribuição social: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade opta pelo regime de tributação com base no lucro real, e, nesse caso, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à alíquota da legislação vigente. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e sobre as diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **3.14. Subvenções governamentais:** A subvenção governamental concedidas pelo Estado de Alagoas é caracterizada como investimento e convalidadas pela Lei Ordinária 8.085 que Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Alagoas. São receitas provenientes entre a diferença do ICMS destacado na nota fiscal e o valor recolhido ao Estado, reconhecidas em conta de resultado e em conta apropriada no Patrimônio Líquido, de modo que não fique disponível aos sócios como lucros sem serem oferecidas a tributação de IRPJ/CSLL até exercício de 2023. As subvenções passaram a ser tributadas a partir de 2024, em decorrência das alterações na legislação tributária aplicável, tendo sido reconhecidas contabilmente em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. **3.15. Instrumentos financeiros:** Definição: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Caixa; (b) Instrumento patrimonial de outra entidade; (c) Direito contratual: i. De receber caixa ou outro ativo financeiro de outra Sociedade; ii. De troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra Sociedade sob condições potencialmente favoráveis para a Sociedade; (d) Um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade, e seja: i. Um não derivativo no qual a Sociedade é ou pode ser obrigada a receber um número variável de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade; ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da própria Sociedade não incluem os instrumentos financeiros com opção de venda classificadas como instrumentos patrimoniais. Os instrumentos que imponham a obrigação a uma Sociedade de entregar à outra parte um "pro rata" como parte dos ativos líquidos da Sociedade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou os instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da Sociedade. **Passivos financeiros:** a) Uma obrigação contratual de: i. Entregar caixa ou outro ativo financeiro a outra Sociedade; ii. Trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra Sociedade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a Sociedade; (b) Contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria Sociedade, e seja: i. Um não derivativo no qual a Sociedade é ou pode ser obrigada a entregar um número variável de instrumentos patrimoniais da Sociedade; ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo em caixa, ou outro ativo financeiro, por um número fixo de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da Sociedade não incluem instrumentos financeiros com opção de venda que são classificados como instrumentos patrimoniais, instrumentos que imponham à Sociedade a obrigação de entregar à outra parte um "pro rata" de parte dos ativos líquidos da Sociedade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da própria Sociedade. Instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma Sociedade após a dedução de todos os seus passivos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Instrumento com opção de venda é um instrumento financeiro que dá ao seu detentor o direito de retornar o instrumento ao emissor por caixa, ou outro ativo financeiro, ou retornar automaticamente ao emissor no caso de evento futuro incerto, morte ou aposentadoria do detentor do instrumento. **4. Novas normas e pronunciamentos contábeis:** Novos pronunciamentos técnicos CPC, revisões dos pronunciamentos técnicos CPC em vigor no exercício corrente. A Empresa aplicou uma série de alterações às "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

OCPC 10 - Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarboxonização (CBI0) do mercado brasileiro.

A Companhia não identificou impactos relevantes em decorrência das normas e interpretações emitidas. CPCs novos e revisados emitidos e ainda não aplicáveis: Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Empresa não adotou aos CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis.

Descrição

O grupo adotou as alterações à IAS 21s, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

O grupo adotou a orientação técnica OCPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (IC02e), Permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarboxonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

2025 **2024**

Receita operacional líquida 17 448.784 446.832

Custo dos serviços prestados 18 (218.740) (208.054)

Lucro bruto 230.044 238.778

Despesas administrativas 18 (42.678) (53.166)

Despesas com vendas 18 (104.805) (109.220)

Outras receitas 18 1.061 5.702

Lucro operacional antes das receitas (Despesas) financeiras 83.622 82.094

Despesas financeiras 19 (14.444) (14.412)

Receitas financeiras 19 2.738 3.813

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social 71.916 71.495

Imposto de renda e contribuição social - corrente 19 (24.412) (32.628)

Imposto de renda e contribuição social - diferido 19 (2.434) 6.367

Lucro do exercício 45.070 45.234

Lucro por ação (R\$/MII) 16.e) 0,98 0,98

Demonstração do Resultado Abrangente

Lucro do exercício 45.070 45.234

Resultados abrangentes -

Resultado abrangente do exercício 45.070 45.234

Demonstração do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais 45.070 45.234

Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:

Depreciação/amortização 18 6.213 2.856

Perda e ajustes de imobilizado e intangível 10 1.109 708

Provisão para perdas de créditos esperadas 6 (26) (644)

Provisões para contingências 15 (191) 123

Variações monetárias e juros 8.441 2.929

Provisão para imposto de renda e contribuição social 16 24.412 32.628

Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido 16 2.434 (6.367)

Demais provisões 14 (11.063) 17.649

Redução (aumento) de ativos e passivos operacionais: (32.683) (8.679)

Contas a receber de clientes 16.369 (43.232)

Estoques 421 (2.223)

Adiantamentos a fornecedores 681 346

Demais ativos 1.978 1.978

Outros créditos a receber (3.326) 2.144

Depósito judicial 33 5

Fornecedores (16.098) (20.475)

Fornecedores partes relacionadas (30.813) 30.556

Obrigações fiscais (468) 3.326

Obrigações trabalhistas (1.804) (1.834)

Outros passivos 1.135 (689)

Caixa gerado nas atividades operacionais 11.824 54.409

Imposto de renda e contribuição pagos (21.873) (34.897)

Juros sobre empréstimos pagos 13 (6.675) (205)

Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) pelas atividades operacionais (16.724) 19.307

Fluxo de caixa das atividades de investimento 10 (10.823) (10.964)

Compras de ativos imobilizado e intangível (10.823) (10.964)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (10.823) (10.964)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Distribuição de dividendos 16 - (20.001)

Captação de empréstimos e financiamentos 13 53.000 8.887

Pagamentos de arrendamentos e juros 11 (3.703) (1.724)

Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal 13 (17.335) (18.265)

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento 31.962 (31.103)

Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa 4.415 (22.760)

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 2.970 25.730

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 7.385 2.970

Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa 4.415 (22.760)

Normas e interpretações

Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.

Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7

IFRS 18

IFRS 19

Com exceção do IFRS 18, cujos impactos estão sendo avaliados pela Empresa, não se espera que a adoção das demais normas listadas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

5. Caixa e equivalente de caixa:

Caixa 1 -

Banco conta movimento 709 2.970

Aplicações financeiras (*) 6.675 -

Total 7.385 2.970

(*) As aplicações financeiras estão representadas em fundo de investimento de curto prazo que se destinam a fazer frente a necessidade de caixa imediata da Sociedade, com rendimento bruto em torno de 100% do CDI ao mês tais saldos são resgatáveis a qualquer momento, por solicitação da Sociedade sem modificação substancial de seus valores.

6. Contas a receber:

Duplicatas a receber 125.596 92.913

Provisão PECLD (250) (276)

Total 125.346 92.637

As contas a receber estão segregadas por idade de vencimento da seguinte maneira:

2025 2024

A vencer 106.373 89.225

Vencidas de 1 a 30 dias 6.739 1.133

Vencidas de 31 a 60 dias 3.704 338

Vencidas de 61 a 90 dias 109 445

Vencidas de 91 a 180 dias 1.014 538

Vencidas de 181 a 360 dias 5.767 958

Vencidas a mais de 360 dias 1.890 276

Total 125.596 92.913

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Inicial (920)	Adição (276)	Reversão 920	Final (276)
Provisão PECLD 2024				
Provisão PECLD 2025	(276)	-	26	(250)

A provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, que consideram os títulos vencidos e análise do cliente, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas.

7. Estoques:

Material de expedição - 6

Adiantamento de fornecedor 4.642 10.600

Mercadoria para revenda 50.308 59.393

Produtos acabados - 1.320

Total 54.950 71.319

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração reavaliou a necessidade de provisão para realização dos estoques que é constituída principalmente por itens de baixo giro, itens perto do vencido e não identificou a necessidade de provisão. **8. Partes relacionadas:** Os saldos e as transações efetuados estão descritos a seguir:

2025 2024

Ativo (Estoque)

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A. (a) 4.642 10.600

Total 4.642 10.600

Total (Clientes)

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A. (a) 961 -

Total 961 -

Passivo (Fornecedores)

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A. (a) - 30.813

Total - 30.813

Compras de mercadorias

Dana Industrial Soluções em Cosméticos S.A. (b)

★ **continuação**

	2023	Adição	Baixas	2024
Máquinas e equipamentos	2.203	410	(397)	2.216
Instalações	338	657	(22)	973
Moldes	1.916	2.670	(126)	4.460
Móveis e utensílios	894	466	(384)	976
Veículos	999	2.073	(490)	2.582
Hardware	1.319	559	(593)	1.285
Aparelhos telefônicos	15	16	-	31
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	1.740	-	1.740
Ativos em andamento	33	2.400	(33)	2.400
Total	7.717	10.991	(2.045)	16.663
Depreciação	2023	Adição	Baixas	2024
Máquinas e equipamentos	(527)	(441)	480	(488)
Instalações	(8)	(107)	7	(108)
Moldes	(1.163)	(1.014)	126	(2.051)
Móveis e utensílios	(590)	(103)	335	(358)
Veículos	(415)	(191)	241	(365)
Hardware	(905)	(195)	598	(502)
Aparelhos telefônicos	(1)	(7)	-	(8)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	(50)	-	(50)
Total	(3.609)	(2.108)	1.787	(3.930)
Valor líquido	4.108	9.246	(210)	12.733

	2024	Adição	Baixa	Transferência	2025
Software	263	2.430	(115)	-	3.590
Marcas	6.376	-	-	-	6.376
Ativos em andamento intangível	2.400	1.315	-	(3.530)	185
Total	9.039	3.745	(115)	-	12.668
Depreciação	2024	Adição	Baixa	Transferência	2025
Software	(243)	(1.009)	115	-	(1.137)
Total	(243)	(1.009)	115	-	(1.137)
Valor líquido	8.796	2.735	-	-	11.531

	2023	Adição	Baixa	Transferência	2024
Software	266	21	(23)	-	264
Marcas	6.377	-	(1)	-	6.376
Total	6.643	21	(24)	-	6.640
Depreciação	2023	Adição	Baixa	Transferência	2024
Software	(179)	(2)	(63)	-	(244)
Total	(179)	(2)	(63)	-	(244)
Valor líquido	6.464	19	(87)	-	6.396

11. Ativos e passivos de arrendamento:

	11.1. Ativos de arrendamento - direito de uso:			
	Taxa %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Arrendamento de imóveis	9%	1.585	(1.859)	(274)
Arrendamento de veículos	15%	599	(585)	14
Total		2.184	(2.444)	(260)

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adição	11.698	619	-	12.317
Amortização	(1.002)	(155)	(1.157)	-
31 de dezembro de 2024	10.696	464	-	11.160
Adição	1.585	599	-	2.184
Amortização	(1.859)	(585)	(2.444)	-
31 de dezembro de 2025	10.422	478	-	10.900

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663
Circulante	2.682	455	-	3.137
Não circulante	7.482	44	-	7.526

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

	2023	Adição	Baixas	2024
31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Adições	11.698	619	-	12.317
Provisão de juros	89	6	-	95
Pagamento de principal e juros	(1.595)	(129)	(1.724)	-
31 de dezembro de 2024	10.192	496	-	10.688
Adições	5.261	599	-	5.860
Baixa	(2.612)	-	(2.612)	-
Provisão de juros	368	62	-	430
Pagamento de principal e juros	(3.045)	(658)	(3.703)	-
31 de dezembro de 2025	10.164	499	-	10.663

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Perfumes Dana do Brasil S.A.
Processos classificados como risco de perda possível: Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade possuía processos de natureza tributária e trabalhista, cujo montante era de aproximadamente R\$1.729 (sendo R\$4.552 dezembro de 2024). Com base na análise da Administração e de seus assessores jurídicos externos, o risco de eventual perda para a totalidade desses processos foi considerado "possível".

	2024	Reversão	2025
Depósitos e bloqueios judiciais	73	(33)	40
Depósito judicial	114	-	114
Bloqueio judicial	-	-	-
Total	187	(33)	154

16. Capital social:
 Capital social
 Total **43.878 43.878**

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é representado por 46.055.923 ações ordinárias e nominativas (46.055.923 em 2024), sem valor nominal, sendo ações ordinárias em sua totalidade.

	Quantidade de ações	%	Capital social
Acionistas			
Dana H Empreendimentos e Participações Ltda.	35.252.585	77%	33.586
Alberto Romano Filizzola	3.831.392	8%	3.650
Claudio Marcio Romagnolo	1.528.596	3%	1.456
David Robson Papa	1.842.237	4%	1.755
Luiz Paulo Horta se Siqueira	1.528.596	3%	1.456
Rafael Damasceno Generoso	2.072.517	5%	1.975
Total	46.055.923	100%	43.878

b) Reserva de retenção de lucros/lucros acumulados: Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **c) Dividendos:** Conforme Estatuto Social da Empresa a destinação do lucro líquido apurado no exercício se dará da seguinte forma: • 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social. Excepcionalmente para o ano de 2025, a totalidade dos acionistas deliberaram sobre a não constituição da reserva legal para o ano. • Durante o exercício de 2025, a Sociedade destinou o montante de R\$53.000 para dividendos, os quais serão em pagos até o final de 2028, conforme aprovado em ata de assembleia geral. O montante está apresentado no balanço patrimonial a valor presente conforme nota explicativa 16.d. • Empresa irá constituir o restante do montante como lucro acumulado. Os dividendos mínimos obrigatórios e a distribuição total dos lucros estão assim demonstrados:

	2025	2024
Lucro líquido	45.068	45.234
(-) Reserva legal - 5% e limite de 20% do capital social	-	(2.262)
(-) Dividendos Mínimos obrigatórios	(11.267)	(11.309)
(-) Distribuição de dividendos adicionais	(28.418)	(8.692)
(=) Lucro ajustado	5.383	22.971

d) Outras Reservas: O saldo de Outras reservas do patrimônio líquido refere-se, substancialmente, ao ajuste a valor presente dos dividendos declarados e ainda não pagos, com liquidação prevista até dezembro de 2028. O ajuste foi reconhecido conforme o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando prazo relevante e taxa de desconto que reflete as condições de mercado aplicáveis. **e) Lucro por ação:** O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinária, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (em milhares, exceto valor por ação):

	2025	2024
Lucro líquido	45.070	45.234
Média ponderada de nº de ações (em milhares)	46.055	46.055
Resultado básico por ações	0,98	0,98

	2025	2024
17. Receita líquida:		
Receita de vendas bruta	498.014	504.410
(-) Impostos sobre receita	(36.391)	(36.785)
(-) Devoluções de vendas	(19.410)	(23.088)
(-) Impostos sobre devolução de vendas	1.689	1.843
Receita de venda de produtos	4.882	452
Receita total líquidas	448.784	446.832
18. Custos e despesas por natureza:		
Produto receita	(210.936)	(206.168)
Provisão ajuste de inventário	(2.806)	(1.886)
Pessoal	(29.648)	(37.642)
Serviços de terceiros	(35.624)	(37.214)
Gastos com tecnologia	(4.846)	(1.406)
Aluguéis	(522)	(1.505)
Seguros	(887)	(268)
Gastos com viagens	(1.985)	(1.540)
Impostos e taxas	(944)	(5.926)
Marcas e patentes	-	(268)
Depreciações e amortizações	(6.213)	(2.856)
Representantes e promotores	(49.981)	(57.441)
Marketing	(14.422)	(7.081)
Gastos administrativos	(1.038)	(807)
Royalties	(1.580)	(175)
Ajuste reconciliação		